

# Mudanças Recentes e Perspectivas do Trabalho e do Movimento Sindical

Pedro Castro

## TRABALHO NO MUNDO

Em relação ao trabalho no mundo já se revelou que na França, em 1962, o contingente operário fabril era de 7.488 milhões, em 1975 esse número chegou a 8.118 milhões e em 1989 reduziu-se para 7.121 milhões. Enquanto, em 1962, ele representava 39% da população economicamente ativa, em 1989 esse índice baixava para 29,6%. Paralelamente, os dados relativos aos EUA evidenciam de um lado a retração dos trabalhadores da indústria manufatureira, da mineração e dos trabalhadores agrícolas.

Para este país também se previa em 1990 a eliminação de “35 milhões de empregos até o final do século XX, em consequência da automação”. De outro lado, houve um crescimento explosivo do setor de serviços que incluía tanto a indústria de serviços quanto o pequeno comércio, as finanças, os seguros, o setor de bens imóveis, a hotelaria, os restaurantes, os serviços pessoais, de negócios, de divertimento, da saúde e dos serviços legais e gerais. Tal redução do operariado industrial também se efetivou na Itália, com uma redução da ocupação dos trabalhadores na indústria de 40% em 1980, para pouco mais de 30%, em 1990. Outras informações também dão conta da ‘moderada’ taxa de 25% de trabalhadores que perderiam seu emprego até o final do século XX, em consequência da automação, afirmando-se ainda que se podia dizer também que nos principais países industrializados da Europa ocidental, os efetivos de trabalhadores ocupados na indústria representavam cerca de 40% da população ativa no começo dos anos 1940 e que no início da década de 1990 esta proporção se situava próxima aos 30%, havendo quem calculasse que baixaria a 20 ou 25% no começo deste século.<sup>1</sup>

Ao lado dessas transformações, as diversas categorias de trabalhadores engajados no processo que já foi chamado de *subproletarização* (trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculado à denominada economia informal), tinham em comum a precariedade do emprego e da remuneração, desregulamentação das condições de trabalho em relação ao

passado e a conseqüente regressão dos direitos sociais, além da ausência de proteção e expressão sindicais, com forte tendência à individualização externa da relação salarial. Inúmeros foram os exemplos ilustradores dessa tendência, com base em estudos de outros autores envolvendo países específicos (França, Japão, Inglaterra, Alemanha, Japão e Estados Unidos) ou regiões inteiras como a da Comunidade Européia, com a particularidade de que contingente expressivo deste novo tipo predominante de trabalhadores em regimes precários é composto por mulheres, permitindo-se de um lado dizer que esse segmento aumentou praticamente em todos os países e, apesar das diferenças nacionais, a presença feminina passou a representar mais de 40% do total da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados e do outro que isso acarretava novas conseqüências, na esfera da materialidade e da subjetividade, na articulação complexa entre o indivíduo e sua classe, entre o indivíduo, sua classe e seu gênero. A essas mudanças correspondia também um intenso processo de assalariamento dos setores médios, sobretudo decorrente da expansão do setor de serviços e de direção. De um lado a redução quantitativa do operariado industrial tradicional e do outro uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, impulsionando tanto uma maior qualificação quanto uma maior desqualificação, a primeira predominantemente no topo e a segunda em sua base.

Tal processo, que já foi chamado de cruel retrocesso do fenômeno do trabalho, também já está expresso em outros vários exemplos. Na Europa, a burguesia passou primeiro a ameaçar, quando não efetivar, o abrupto deslocamento das empresas para os países com custos operacionais (salários e condições de trabalho) mais baixos, tática usada por exemplo pela empresa Siemens, ameaçando transferir sua unidade de telefones celulares da Alemanha para Hungria e, com isso, conseguir forçar um acordo, ampliando a jornada semanal de 35 para 40 horas, sem aumento de salário, cortando assim 29% em sua folha salarial. Nessa linha várias entidades patronais alemãs ousaram propor a introdução da jornada de 50 horas semanais, 'para evitar a transferência de empregos ao exterior' e neste país o então dirigente da Confederação do Comércio defendeu também a redução das férias anuais, de 29 dias para uma semana.

Tal estratagem também foi usado por empresas francesas, como a Bosh, para sabotar a lei das 35 horas semanais sancionada pelo então governo do Partido Socialista daquele país. Na Áustria, que chegara a ser idílico paraíso do *Welfare States* (Estado do Bem Estar Social) os empresários introduziram nas negociações coletivas de 2004 a proposta de ampliação da jornada, sem elevação dos rendimentos. O mesmo ocorreu na Holanda, Dinamarca e Bélgica. Em resumo, na maioria dos países europeus já teria ocorrido o aumento da jornada de trabalho, invertendo sua tendência histórica de queda. Na Alemanha, por exemplo, a média do trabalhador com carteira assinada passou a ser de 42 horas semanais, superior ao fixado nos acordos coletivos. Por último, além de ampliar o tempo de trabalho, um aparente contra senso com a revolução informacional, passou-se a despedir servidores públicos, reduzir o seguro desemprego, cortar

os adicionais de insalubridade, penosidade e periculosidade e as bonificações de turno, além da introdução do salário variável entre outras medidas regressivas. Em meados de 2004, o Ministro da Economia da Grã Bretanha, demitiu 104 mil funcionários do Estado. Na Alemanha, o primeiro ministro encaminhou o projeto de lei que reduzia valor e prazo do seguro desemprego. Antes, o empregado recebia até 67% do último salário por um período de 32 meses, a partir daí, o subsídio valeria apenas por 12 meses e teria 30% do seu valor anterior, estimando-se que 3,2 milhões de pessoas sofreriam drástica redução no seu rendimento.(2)<sup>2</sup>

## TRABALHO NO BRASIL

No Brasil este processo registra igualmente profundas transformações no mundo do trabalho, em parte similares às dos demais países capitalistas em geral, mas Pedro Castro com as particularidades que o nosso contexto apresenta. Com efeito, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final de 1994, o desemprego atingia 4,5 milhões de trabalhadores – 6,1% da População Economicamente Ativa (PEA). Em 2002, alcançava 12,5 milhões de brasileiros, praticamente 1 milhão de desempregados a cada um dos oito anos. De acordo com estudo encomendado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) segundo sua definição de trabalho informal, essa chaga já atingia então no Brasil 58,1% dos ocupados. Enquanto a média de rendimento do assalariado com carteira assinada era de R\$860,80, a dos informais era de R\$610,70 – sem qualquer proteção trabalhista ou previdenciária.

Paralelamente, em 1990, a renda dos trabalhadores representava 45,3% do PIB e em 2002 já havia despencado para 36,1%. No mesmo período, a renda do capital subia de 32,5% para 41,9%. Só de janeiro a setembro de 2004, o lucro das 15 maiores empresas do país elevou-se em 73% - de 26,4 bilhões para R\$45,8 bilhões, enquanto os empregos nas mesmas empresas só cresceu em 0,4%. Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar ((PNAD) também revelaram que em 2003 o PIB caía em 0,2%, a renda do trabalhador em 7,4% em relação a 2002, quando se deu o pior rendimento médio dos assalariados dos dez anos anteriores. Já a taxa de desemprego aberto, medida pelo IBGE, passou de 9,2%, em 2002, para 9,7% o final de 2003, o que elevou o número de desempregados em cerca de 660 mil. Dados mais recentes sobre alguns desses indicadores sugerem algumas modificações com performances menos piores, sem contudo atingirem sobretudo nos principais, entre os quais o crescimento do PIB, o resultado dos índices de emprego e desemprego, o rendimento da massa assalariada etc., magnitudes mais significativas ou que tendam a reverter substancialmente a tendência degradante do mundo do trabalho das últimas décadas.(3)<sup>3</sup>

Paralelamente, alguns outros dados relativos ao aspecto tecnológico são sugestivos das profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho no Brasil. O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio econômicos (DIEESE) já teria constatado, por exemplo, que as

prensas automatizadas em certo ramo industrial executam 25 golpes por minuto, contra apenas 10 efetuadas pelas máquinas tradicionais. Já a troca de ferramentas, que antes era realizada em até cinco horas, passou a ser feita de forma automatizada em 25 minutos, de modo que o saldo final numa fábrica pesquisada foi o de que o operador de CNC (Comando Numérico Computadorizado) produzia o equivalente a 21 prensistas do sistema antigo.<sup>4</sup>

## MOVIMENTO SINDICAL NO MUNDO

Em termos de sindicalismo ou de movimento sindical, as mudanças também são contundentes, tanto no mundo quanto no Brasil, mais ou menos no mesmo período.

Inicialmente, as taxas de sindicalização em 24 países do mundo, variando da maior (Suécia) de 85,3% dos assalariados à menor (França) de 12%, com uma média de 41,7%. abaixo da qual se encontravam 13 dos 24 países considerados. Entre 1980/90, na maioria dos países capitalistas ocidentais industrializados, a taxa de sindicalização decresceu. A Europa ocidental, em seu conjunto, excluídos Espanha, Portugal e Grécia, reduziu de 41%, em 1980, para 34% em 1989 e, se incorporados esses três países, as taxas seriam ainda menores. No mesmo período, no Japão, a taxa caiu de 30% para 25% e nos Estados Unidos a redução foi de 23% para 16%. Na Espanha, França, Irlanda e Portugal, houve forte queda nas taxas de sindicalização, bem como uma queda absoluta do número de membros (de que foram exemplos a Espanha, França e Grã Bretanha).

Ocorreu ligeiro recuo principalmente na segunda metade dessa década na Bélgica, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, Áustria e Dinamarca. Na Finlândia, Noruega e Suécia o sindicalismo viu aumentar os seus efetivos durante os anos 1980, mas uma mudança também começou a se verificar a partir de 1988. Observa-se que um decréscimo dessa intensidade nas taxas de sindicalização em geral não encontra similar em nenhum outro momento da história sindical do pós segunda guerra mundial.

Outra expressão significativa da crise sindical já foi também apontada no fosso existente entre os trabalhadores estáveis, de um lado e aqueles que resultam do trabalho precarizado iniciando o desmoronamento do *sindicalismo vertical* (mais corporativo e vinculado à categoria profissional), ao lado das enormes dificuldades para o exercício do emergente *sindicalismo horizontalizado*, inclusive na incorporação das mulheres, dos empregados de escritório, dos trabalhadores dos setores mercantis, de pequenas empresas e de tempo parcial, bem como dos imigrantes e dos jovens. Alguma contra tendência relativa a esse declínio foi considerada, por exemplo, na Inglaterra, com a união orgânica de vários sindicatos do setor público, criando a mais forte entidade sindical do país – o *Unison* – com cerca de 1 milhão e quatrocentos mil

filiados, contexto em que o aumento do sindicalismo dos assalariados médios foi considerado expressivo. Na Alemanha, na primeira metade dos anos 1990, de cada três sindicalizados, um era de 'classe média', enquanto na Noruega e na Holanda, a metade dos trabalhadores sindicalizados não exercia uma profissão manual. Na França, a proporção de não-manuais era superior a 50%, Noruega 48%, Grã Bretanha 40%, Áustria 35%, Dinamarca 32% Suécia 30% e Itália 20%, embora tal expansão de sindicalização de empregados dos setores público e privado não se tenha dado na maior parte dos países.<sup>5</sup>

## MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

No Brasil, os dados quantitativos nas fontes a que recorreremos são mais escassos. Contudo, já se registrou que os sintomas da crise vivida pelo sindicalismo mundial na década de 1980 ganhariam impulso em nosso país na década de 1990. A partir de 1978 até o final da década seguinte, o sindicalismo brasileiro viveu intenso processo de recuperação e ascensão, tornando-se recordista mundial em greve, renovando, reciclando e dinamizando suas organizações e direções, retomando as articulações intersindicais, projetando suas lideranças e exercendo relevante papel inclusive na redemocratização do país, processo que em certa medida teria tido forte influência no resgate das eleições diretas e na então chamada *Constituição Cidadã*. No início da considerada "*década maldita*" este quadro se inverteu totalmente, o desemprego bateu recordes, os salários despencaram em sua participação no PIB, a informalidade e a precarização viraram uma rotina. A isto seguiram-se enormes perdas que culminaram mais recentemente na denominada 'reforma da previdência' que, entre outras coisas, instituiu também o mecanismo de contribuições dos inativos.

Em resumo, na contabilização da década de 1980, seu saldo seria positivo, porque, segundo um dos seus estudiosos, houve o forte movimento grevista, expressiva expansão do sindicalismo de assalariados médios e do setor de serviços, continuidade do avanço do sindicalismo rural – em ascensão desde 1970, nascimento das principais centrais sindicais, entre as quais a CUT, em 1983, avanço da organização por local de trabalho – debilidade crônica do movimento sindical brasileiro -, avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos em relação ao Estado, e, finalmente, aumento do número de sindicatos – particularmente os de funcionários públicos – configurando-se um nítido quadro favorável do que se chamou então de *novo sindicalismo*. A isso acrescente-se o inquestionável crescimento em número e em qualidade do movimento dos trabalhadores rurais através principalmente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e logo também de alguns similares a ele. Contudo, ao final da década de 1980, as novas tendências econômicas, políticas e ideológicas coincidiriam com a onda regressiva do sindicalismo em todo o mundo. A nova realidade arrefeceria, acuaría e reorientaria os rumos do *novo sindicalismo* no Brasil para a conjuntura crítica que persiste até os nossos dias.

## PANO DE FUNDO

Pelas razões óbvias de limites de tempo e espaço, dispense-me de resgatar aqui varias interpretações do significado de algumas categorias ou expressões que informam o conjunto complexo dos processos que estão por trás das mudanças ocorridas no trabalho e no mundo sindical nas ultimas décadas, entre as quais figuram as de reestruturação produtiva e flexibilização em geral, sobre as quais já se escreveram inúmeros compêndios aqui e alhures. Do mesmo modo, não recuperarei as convergências e divergências já proliferantes entre os que entendem que o trabalho continua ou não como elemento central da vida social e menos ainda as propostas de que a comunicação, a linguagem ou a imaterialidade do trabalho passaram a ser mais decisivas enquanto centralidade da vida e da relação capital x trabalho, no mundo atual.

Contudo, qualquer reflexão que busque ao menos pinçar e lançar idéias tentativas de descrição e ao menos explicação mais aprofundada desses processos haverá ao menos de selecionar alguns componentes desse vasto mundo de transformações vividas nas sociedades capitalistas de todo o mundo nos últimos anos, sem descuidar das peculiaridades ou especificidades típicas de países como o Brasil. É nessa linha que destacamos alguns aspectos ou questões que consideramos relevantes no bojo desse processo mais global, sobretudo para ilustrar tanto as mudanças quanto as possíveis perspectivas e proposições num plano mais qualitativo identificadas ou identificáveis em relação a eles.

Com efeito, inicialmente já vimos antes alguma ilustração das significativas transformações tecnológicas e suas repercussões sobre o mundo do trabalho. Na década de 1980, a automação, a robótica e a micro eletrônica tinham invadido o mundo fabril, em sua expressão nas relações de trabalho e de realização do capital e o mundo da produção conviveu com vários novos experimentos. Para alguns dos seus estudiosos, a acumulação flexível experimentada nesse processo envolveria três principais características: a) é voltada para o crescimento; b) tal crescimento em valores reais se apóia na exploração do trabalho vivo no universo da produção; e c) tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional<sup>4</sup>

Nessas dimensões do processo destacamos ainda mais alguns aspectos. Primeiramente, há quem aponte que

*"A base técnica da operação de internacionalização da economia no processo conhecido como de 'globalização' seria a telemática, produto direto do que já se chamou de capitalismo super industrial. Esta, em primeiro lugar, faz crescer a escala ótima de produção de uma infinidade de mercadoria num ritmo muito superior ao crescimento dos mercados nacionais. A expansão do mercado interno deixa de ser garantia de que uma dada economia possa absorver mais e mais plantas industriais de certos produtos. A política inter estatal de formação de blocos ou mercados co-*

*muns, bem como a política inter empresarial de fusões e aquisições, passam a ser um imperativo da apropriada dinâmica de acumulação. Por outro lado, a telemática permite, pela capacidade de gerenciamento e monitoramento que propicia, a descentralização da produção dos componentes de um determinado bem por diversos países, reeditando uma nova versão da lei das vantagens comparativas, que favorece a terceirização e a acumulação flexível internacionais, práticas que teriam surgido no Extremo Oriente, na década de 1950 e que hoje se generalizam. Agora, pode-se concentrar a produção de componentes menos sofisticados naqueles países ou regiões que oferecem baixos salários e pouca proteção social para seus trabalhadores, de modo que é muito conveniente a participação de países ou regiões com essas características. Por fim, a telemática, pela integração total dos mercados financeiros do mundo, permite um mais fácil e especulativo processo de financiamento externo das dívidas públicas que custearam, no período anterior os gastos militares e sociais do Primeiro Mundo e os gastos com a industrialização do Terceiro Mundo Periférico. Diante disso tudo, a posição relativa de cada país no cenário internacional muda a cada rodada de transformações estruturais. O dinamismo tecnológico, a escala de produção permitida pelo mercado potencial, o poder de cada Estado na disputa pelo capital financeiro internacional etc., são as variáveis que determinam o nível de atividade e de competitividade de uma economia". (7) <sup>7</sup>*

Em segundo lugar, outro aspecto que já foi objeto inclusive de controvérsia quanto aos efeitos da forma flexibilizada de acumulação capitalista vigente, é a reengenharia.

Enquanto alguns enfatizam tais efeitos no âmbito da nova configuração dos contingentes diferenciados dos trabalhadores, especialmente em relação ao desemprego estrutural que ela implica e outros até afirmam que com ela 'se faz mais com menos' há quem discorde desta última visão, considerando tal sugestão de eficiência enganadora, porque tal mudança irreversível se daria precisamente porque a reengenharia pode ser um processo altamente caótico, resultando em que muitas, até mesmo a maioria, das tentativas de reengenharia teriam fracassado, em parte porque as instituições se tornariam disfuncionais durante o processo de contratação de pessoal: os planos comerciais são descartados e revisados, os benefícios esperados acabam sendo efêmeros e a organização termina perdendo o ritmo. (8) <sup>8</sup>

Em terceiro lugar já se registrou também que

*"a introdução da microeletrônica no acelerado processo de reestruturação produtiva do capital, também gera enormes polêmicas sobre os seus reflexos no trabalho e sobre o próprio futuro do proletariado. Essa nova fase da automação, 'libertará' o homem e resultará em progresso para toda a humanidade. Outros argumentam que as novas tecnologias, sob domínio do capital, servem para elevar ainda mais a concentração de riquezas e resultam em enormes prejuízos para os trabalhadores".*

Daf decifrar esse enigma ser considerada uma tarefa urgente.<sup>9</sup>

Em quarto lugar, quanto aos métodos de regulação, regulamentação ou controle do trabalho também há imensos resgates dos modelos que perpassam o taylorismo, o fordismo, o uddevalismo, o toyotismo, o neotaylorismo, o pós-fordismo, o kalmarianismo e até o que chamei de mayoismo ou o já neo toyotismo, cuja mescla e convivência atuais expressariam as distintas formas envolvidas pelo processo que vai do cronômetro ou relógio dos seus primórdios ao controle pós moderno através basicamente da máquina e das telas dos computadores, processo que já teria dado ensejo à concepção do 'homem de vidro', ou seja, o trabalhador totalmente transparente e por isso mais facilmente observável pelo comando hierárquico das empresas. Neste caso já se defendeu tanto que as novas formas de produção típicas de métodos como o toyotista só é possível porque se realiza no universo estrito e rigorosamente concebido do sistema produtor de mercadorias do processo de criação e valorização do capital, como as singularidades do processo de *estranhamento do trabalho*, em relação ao trabalhador, não suprimiriam o estranhamento já presente através do que Marx identificou como a "desidentidade entre indivíduo e gênero humano".

Por outro lado, em relação ao Brasil, já se afirmou que os empresários, para prepararem o terreno às inovações automáticas, em sua maioria preferiram investir primeiro nas novas formas de organização do trabalho, contratando os serviços de agências consultoras no campo da produtividade existentes no mundo. Quanto ao método específico de regulação do trabalho, conhecido no mundo como toyotismo ou *'ohnismo'*, já se registrou que em nosso país a primeira empresa a utilizá-lo foi a Toyota, localizada em São Bernardo do Campo, em 1976. Depois disso rapidamente cerca de 700 empresas brasileiras passaram a adotar esse método, que não teria parado de crescer no país, do que seria exemplo a empresa Vision, pequena indústria de lingerie no bairro paulistano de São Mateus. Antes de se implantar o sistema nesta unidade, demorava cerca de 28 dias para fabricar seus produtos, passando a produzir a mesma quantidade de mercadorias no máximo em dois dias, a partir do que a fábrica foi dividida em seis ilhas de produção cada uma responsável pela confecção de oito a dez produtos diferentes – numa espécie de mini fábrica. Antes, cada costureira realizava uma operação, depois passou a executar de três a quatro tarefas diferentes e simplificadas e cada funcionária tornou-se inspetora de qualidade do produto de seu próprio trabalho.

Com tais modificações, a produção passou a ser orientada pela demanda de mercado. Ao invés de tentar vender o que produzia, agora só fabricava o que já havia sido encomendado, com o que reduzia seus estoques de produtos fabricados, de dois meses para apenas 15 dias. Nesse processo, o custo da produção (mão-de-obra, matéria prima e outras despesas de fabricação), que em 1989 engolia 34,8% da receita da empresa, caiu para 26,1%, graças ao novo método. Quanto à qualidade da produção, o Circulo de Controle de Qualidade (CCQ), outra técnica toyotista, diz-se que as primeiras indústrias a usarem-na no Brasil foram a Johnson & Johnson,

em São José dos Campos e a Volkswagen, em São Bernardo do Campo, em meados de 1970. O gerente da primeira dessas empresas foi considerado o introdutor do CCQ no Brasil. Seriam visíveis os resultados positivos da introdução desse sistema no Brasil, em termos de redução de custos e aumento da produtividade. Pesquisa do engenheiro Mario Salermo em 18 empresas que implantaram o CCQ demonstra como essa técnica, considerada um dos pontos altos da denominada '*administração participativa*', com longa história na organização do trabalho, desde 1930, é altamente lucrativa para o capital. Tudo isso, segundo este autor, teria levado ao que ele denomina de '*ratoeiras do capital*':

*"1) maior controle sobre os trabalhadores; 2) maior concorrência entre os trabalhadores, incentivando as disputas por melhores índices de produtividade e absorvendo os conhecimentos retidos no contato diário com a máquina; 3) aumento do desemprego e da desqualificação profissional; 4) introdução, pelas empresas, com menores riscos e melhores resultados, de máquinas com tecnologia mais avançada; e 5) aumento da extração de mais-valia do trabalhador, gerando maiores lucros para os capitalistas."*<sup>10</sup>

Em quinto lugar e estreitamente relacionado ao item anterior, anotou-se que nas condições desse novo tipo de acumulação, pareceria que sistemas de trabalho alternativos podiam existir lado a lado, no mesmo espaço, permitindo que os empreendedores capitalistas escolhessem entre eles e a consequência da expressão dessa processualidade – que Ricardo Antunes chama de *nova processualidade ou processualidade contraditória e multiforme* – no mundo do trabalho foi o solapamento do trabalho organizado, manifestado simultaneamente pelos altos níveis de desemprego estrutural (a mais brutal delas segundo este autor) e pelo retrocesso da ação sindical.

Nesse quadro, em seu trabalho do século passado, Antunes<sup>11</sup> já evidenciava que ao mesmo tempo em que se via uma tendência para a qualificação do trabalho, desenvolvia-se também intensamente um nítido processo de desqualificação dos trabalhadores que acabaria configurando um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros. No seu entender há dois pontos da nova configuração do mundo do trabalho que considera da maior importância. O primeiro, que resulta do fato de que os segmentos mais qualificados, mais intelectualizados, que se desenvolveram justamente no avanço técnico-científico são dotados de maior potencialidade e força sem suas ações, mas, contraditoriamente, esses setores mais qualificados são objeto direto de intenso processo de manipulação e envolvimento no interior do espaço produtivo e de trabalho. Em contrapartida, enorme leque de trabalhadores precários, parciais, temporários, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento (ou mesmo exclusão) do processo de criação de valores, teria no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anti capitalistas porém sua condi-

ção de despossuído coloca-o como, potencialmente um pólo social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que esses segmentos sociais 'não tem nada a perder' no universo da (dês)sociabilidade contemporânea, daí estarem mais propensos à rebeldia e às rebeliões.

E aqui desponta um ângulo que, embora também não possamos explorar muito nestas reflexões, aponta para uma questão central que já está contemplada nos estudos de Antunes (12) <sup>12</sup> quando ele considera que

*“o grande desafio atual é o de compreender a nova morfologia do trabalho, seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo, o que obriga a desenvolver a noção ampliada e moderna de classe trabalhadora a que aludi antes – classe que vive do trabalho, diga-se de passagem – que inclui a totalidade dos homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salários”.*

Isto porque nos remete diretamente à reflexão sobre velho tema discutido, por exemplo, desde 1961, em Leipzig, na Alemanha, quando 51 Partidos Comunistas se reuniram para examinar o significado atualizado da expressão 'classe operária'. Sobre esta questão observemos, também por exemplo, como há visões bastante distintas do que seriam as classes sociais no capitalismo atual. No caso de Antunes (12) a noção ampliada da *classe trabalhadora* hoje envolveria:

*“a) a inclusão de todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial e dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part-time, o novo proletariado dos McDonalds, os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal', além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural.; b) exclui os gestores do capital e seus altos funcionários, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados, ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem de especulação e dos juros e os pequenos empresários, as pequenas burguesias urbanas e rural proprietárias.”*

Este autor ainda acrescenta como características atuais da classe trabalhadora a feminização do trabalho, a mundialização, transnacionalização e internacionalização do mundo do trabalho, uma nova interação entre o trabalho morto e o trabalho vivo, entre o saber científico e o saber laborativo, entre o trabalho material e imaterial.

Por seu turno, Fernando Haddad (2004) irá registrar que:

*“da análise das classes que acabamos de empreender, penso ser possível identificar quatro classes distintas na sociedade super industrial: 1) a classe constituída pelos proprietários do capital, pelos funcionários do capital (alta gerência) e pelos proprietários fundiários; 2) a classe dos agentes sociais inovadores, portadores do conhecimento científico-tecnológico aplicado à produção. Aqui uma observação se faz necessária: muito frequentemente essa classe está envolvida num processo de inovação tecnológica, em geral executado em departamentos específicos. Mas, com o crescimento do trabalho em escritório, não raramente encontram-se dentro das empresas, agentes atuando na área de inovações administrativas – fenômeno recente, observado até por discípulos de Schumpeter, que o criticam nesse particular. Esses agentes inovadores, videntemente compõem a classe em questão. Além disso, temos o ‘exército científico de reserva’, composto por professores universitários, pesquisadores de instituições públicas e privadas e afins. Note-se que diferentemente do caso dos trabalhadores assalariados, não há membros da classe techno-científica exteriores à produção. Do ponto de vista teórico, inclusive econômico, importa menos a natureza do seu rendimento do que a função social que exercem. Só uma teoria ingênua poderia enfocar instituições como a universidade do ponto de vista exclusivo da reprodução simbólica da sociedade; 3) a classe dos trabalhadores assalariados interiores à produção. Aqui é mister distinguir produtivos e improdutivos, qualificados, semi qualificados e não qualificados, empregados, subempregados e desempregados eventuais; e 4) os desclassificados, ou seja, a não-classe dos não trabalhadores (num sentido mais restrito do que o de Gorz), composta pelos elementos heterônomos da sociedade. Aceito de Gorz, como se vê, a sugestão de tratar uma não-classe como classe porque, com efeito, o não rendimento dessa categoria é também uma consequência imediata das relações de produção tanto quanto o salário ou o lucro. Ao lado dessas quatro grandes classes, parece-me importante considerar, para fins analíticos, três camadas sociais que, a rigor, não pertencem a qualquer das classes sociais mencionadas: a dos domésticos (que vendem sua força de trabalho como valor de uso), a dos autônomos (que vendem bens e serviços produzidos com meios próprios) e a dos funcionários públicos.” Este autor também acrescenta que “não é preciso nenhum estudo empírico mais profundo para saber que a mais-valia produzida nos países centrais, que alcança algumas dezenas de trilhões de dólares, não é realizada no comércio com os países periféricos. As relações econômicas internacionais explicam a pobreza destes últimos, mas não a riqueza dos primeiros, que só pode ser entendida a partir da produtividade (grifo do autor) do trabalho nestas regiões.”<sup>13</sup>*

Também nos dispensaremos de questionar uma série de ângulos dessas duas visões da estrutura de classes atual, inclusive brasileira. Contudo, ao nosso ver, aqui se figura necessário destacar um ponto que nos pareceu ausente no raciocínio dos dois autores com o qual exemplificamos as tentativas de caracterização da complexa estruturação das classes sociais no capitalismo moderno, aí também incluído o Brasil. É que, independentemente de outros critérios de definição de situação ou posição de classe, do tipo de propriedade dos meios de produção, para Marx também há uma das formas do trabalho que, a par de ser da maior relevância para se cogitar

sobre a estrutura de classes e quem sabe mais ainda sobre a luta de classes é ao menos decisiva para efeito de compreensão mais cuidadosa sobretudo da relação capital x trabalho na sociedade capitalista, a saber: o trabalho abstrato. Com efeito, no primeiro capítulo (sobre a Mercadoria), da Primeira Parte (sobre Capital em geral) do trabalho “*Para a Crítica da Economia Política*”, Marx, a par de entender o trabalho objetivado como força vital humana gasta e o trabalho concreto (*que já seria do conhecimento tanto do legislador Moisés quanto do fiscal aduaneiro Adam Smith*) como fonte da riqueza material, diz que ‘as mercadorias’, como encarnação do trabalho social, são cristalizações desse valor que, entre diversas outras categorias de trabalho (objetivado, coagulado, concreto, útil, complexo, produtivo e improdutivo), é nada menos do que o trabalho abstrato ou trabalho uniforme, simples, médio e humano geral, o ‘trabalho socialmente necessário’, no qual se extinguem as diferenças da matéria particular dos valores de uso (cana, café, trigo, leite, borracha, aço etc.) da forma do trabalho (caça, pesca, mineração) e do seu produto (ouro, ferro, trigo ou seda), bem como da individualidade dos trabalhadores e que só se diferencia quantitativamente, razão porque pode ser medido em termos de tempo de trabalho. Neste desdobramento trata-se em consequência, também de uma redução (de todas as mercadorias em tempo de trabalho) que aparece como uma abstração, mas uma abstração que é praticada diariamente no processo social da produção. Ocorre que é essa forma do trabalho que se constitui no fundamento do valor do próprio trabalho e das mercadorias, na relação de exploração na sociedade capitalista.

Se é assim, quem sabe antes mesmo ou em lugar de desaguar as análises do processo de mudança no trabalho e no movimento sindical no escoadouro das classes sociais e de suas lutas, imaginamos necessário perguntar até que ponto nesse processo houve ou não transformações essenciais no tocante ao *trabalho abstrato* e no processo de *produção de mais valia* que lhe corresponde. E neste caso recorreremos a um dos autores brasileiros que tem incursionado mais nas questões do trabalho numa perspectiva marxista voltada para um dos cerne da questão que encerra a relação capital trabalho em sociedades capitalista, inclusive como a nossa. Eis o que já afirmou faz tempo Francisco José Soares Teixeira<sup>14</sup> sobre a questão:

*“...isso não fecha de todo o processo de potencialização de produção de mais-valia que essa nova forma de trabalho abstrato (expressado na renda dos trabalhadores ‘vendedores de trabalho objetivado’, dependente do quantum de mercadorias que eles fornecem às unidades finais de produção) encerra. Nessa nova forma o trabalhador torna-se, ele próprio, uma fonte potencializada de auto exploração. Visto que seu salário depende da quantidade de mercadorias produzidas por unidade de tempo, é de seu interesse, diz Marx, ao analisar as características do trabalho por peça... ‘aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível, o que facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois com isso sobe seu*

*salário diário ou semanal... A exploração dos trabalhadores pelo capital se realiza aqui mediada pela exploração do trabalhador pelo trabalhador”.*

Em resumidas contas, feita essa digressão em relação ao necessário questionamento dos critérios a partir dos quais os estudiosos tem expressado a nova configuração das classes sociais em nosso país, é possível alinharmos as questões finais que nos pareceram indispensáveis de abordagem nessa intervenção.

Quanto ao sindicalismo, velhas questões ou bandeiras se mantêm, tanto ao nível geral quanto aos específicos, inclusive brasileiro, como é o caso das articulações inter centrais sindicais internacionais ou entre estas e as nacionais ou ainda de mecanismos Como a Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), para alguns Instituidora da 'liberdade sindical', para outros do 'pluralismo sindical' e com este do reforço do sindicalismo de empresa ou misto. No âmbito brasileiro persiste igualmente a velha polêmica sobre a extinção ou não do tradicional *Imposto Sindical* originário do período varguista.

Paralelamente, ao lado de algumas semelhanças de avaliações sobre os períodos de Ascensão ou declínio do sindicalismo no mundo e no Brasil e até mesmo das potencialidades maiores ou menores de novos segmentos de trabalhadores para uma retomada de dinamismo do movimento sindical, há diferenças também significativas. Contudo, a par da nítida defesa do sindicalismo de natureza “classista”, em lugar do de resultados ou de negócios e das propostas de horizontalização do movimento sindical ou de maior e mais significativa organização de categorias de trabalhadores emergentes, ao menos quantitativamente, na nova configuração do capitalismo, ao meu juízo, parece não haver ao menos um posicionamento sobre se, em lugar da antiga categoria de operários industriais, sobretudo de setores de ponta, outra ou outras categorias ligadas aos novos dinâmicos *setores de serviço* ou de *trabalho imaterial*, teriam passado ou tendem a passar a assumir o papel de vanguarda do proletariado em geral, que teria cabido àquela no passado, não obstante Antunes (1995) entender que os trabalhadores produtivos seguem sendo o núcleo ou centro da classe trabalhadora e Haddad suscitar a necessidade de distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos internos e externos ao processo direto da produção.

Finalmente, uma das bandeiras que atualmente estão na ordem do dia, a de luta pela redução da jornada de trabalho, parece estar no primeiro mundo capitalista sendo objeto de controvertidos resultados, em distintos países ou regiões, de modo que tanto se tem experimentado tal redução, até com a manutenção dos níveis de remuneração, quanto o aumento da jornada, sem aumento de remuneração, em outros casos.

No âmbito brasileiro, ao lado da luta pelo emprego, a redução da jornada de trabalho Sem redução da remuneração é hoje também uma reivindicação básica do movimento sindical. Não

obstante, o noticiário jornalístico bastante atual<sup>15</sup>, com base em estudos de Marcio Pochmann, apoiado em dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD) de 2004, registra que

*“a queda acumulada da renda e o medo de ficar desempregado estão fazendo com que dois terços dos trabalhadores brasileiros tenham mais de uma ocupação e cumpram expediente superior ao oficial de 44 horas semanais. Existem no país 59,1 milhões de trabalhadores exercendo dupla atividade, dos quais 72,2 milhões têm jornadas acima do limite previsto na legislação. São aposentados, mulheres, jovens e crianças, além dos chefes de família”.*

É ainda neste mesmo contexto brasileiro que recentes jornais oposicionistas de esquerda registram, nas relações de produção capitalista, sobretudo de empresas transnacionais, a prática de relações de natureza escravista, notadamente de mulheres e de crianças. Ainda em nosso contexto, também na ordem do dia a luta para tentar evitar novos retrocessos por conta das recentes propostas de reforma sindical e trabalhista, ora em larga discussão.

Obviamente nos limites de espaço e tempo que caracteriza formulações como esta ficam de fora das análises muitas questões correlatas, neste caso inclusive sobre certos mecanismos de mediação das relações socioeconômicas entre os grupos e os indivíduos, em relação tanto aos aspectos objetivos quanto aos subjetivos de tais relações.

No entanto, num plano mais geral, parece-me indispensável ao menos registrar que uma das questões que se me afiguram mais relevantes nessas reflexões é a que diz respeito ao menos a alguns ângulos do pano de fundo das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e suas conexões, nas duas últimas décadas. Com efeito, para maior clareza sobre isso, parece-me necessário maior aprofundamento sobre as tendências do capitalismo mais recentemente, no tocante às opções entre a sua ascensão, queda ou estagnação. De um lado as tendências de crescimento, redução ou estabilidade das taxas e massas de lucro e de mais-valia, nas esferas global, nacional, local e setorial ou por ramos de atividade econômica, a curto, médio e longo prazo, não parecem ser objeto de consenso entre os autores que a elas se referem sempre de forma muito geral. Em sua maioria parecem admitir que este sistema econômico estaria em declínio, ou em crise até estrutural ou terminal, ainda que sem especificarem em quais dos itens ou ângulos aqui suscitados. Outros, no entanto, admitem que as transformações experimentadas pelo capitalismo mais recentemente resultaram na reversão ao menos das tendências negativas da massa de lucro. Outros, ainda, como é o caso de um dos autores aqui já citados<sup>16</sup>, chegam a observar quedas nas taxas de produtividade geral, em lugar de aumento destas.

Por outro lado, as referências constantes a uma espécie de *crise geral* ou de contextos regionais, nacionais, locais ou setoriais, das economias capitalistas, da qual frequentemente se deduz um montão de conseqüências teóricas e práticas, salvo raras exceções, não têm tido maior cuidado

de deslinda mais claramente o significado adotado para o conceito de *crise* nos dias atuais ou de distinguir rigorosamente os níveis desses contextos, notadamente após a nova configuração mundial, depois da queda do denominado 'socialismo real' do leste europeu e do conseqüente desmanche de significados das categorias desenvolvido/subdesenvolvido, dominante/dependente, colonizador/colonizado, centro/periferia, primeiro/segundo e terceiro mundo. No particular também aqui é necessária maior atenção a teses como as de Franz J. Hinkelammert<sup>17</sup> de que na atualidade o desemprego e a pauperização crescem não obstante a dinâmica do mundo dos negócios e da taxa de lucro também crescerem e em consequência, a rigor, nesse sentido, não haveria propriamente crise, "senão dos circuitos de reprodução da vida humana e da natureza", com o que se teria transformado significativamente o caráter das crises no sistema capitalista.

Ao meu juízo, em síntese, a eficácia das tentativas de fixação das perspectivas e programas imediatos e mediatos desses processos, inclusive no direcionamento da ação prática dos partidos, sindicatos e outras entidades de massa, está a depender em certa medida também dos esforços por uma elaboração teórica mais rigorosa e por isso mesmo mais contribuinte na perspectiva de reerguimento do avanço no sentido socialista.

## NOTAS

- 1 - ANTUNES, Ricardo, "Adeus ao Trabalho", Cortez Ed., 2ª. Ed., SP, 1995, p. 42
- 2 - BORGES, Altamiro, "Encruzilhadas do Sindicalismo", Ed. Anita Garibaldi, SP, 2005, p. 139
- 3 - BORGES, Altamiro, op. cit. p. 45
- 4 - BORGES, Altamiro, op. cit. p. 59
- 5 - ANTUNES, Ricardo, op. cit., PP. 6164
- 6 - ANTUNES, Ricardo, op. cit. p. 22
- 7 - HADDAH, Fernando, "Trabalho e Liguagem", Azougue Ed., RJ, 2004, p. 210
- 8 - SENNET, Richard, "A Corrosão do Caráter", Record Ed., RJ, 2005, p. 56
- 9 - BORGES, Altamiro, op. cit., p. 73
- 10 - BORGES, Altamiro, op. cit., pp. 76/79
- 11 - ANTUNES, Ricardo, op. cit., pp. 52
- 12 - ANTUNES, Ricardo, "O Caracol e sua Concha", Boitempo Ed., SP, 2005, in *Rev. Debate Sindical*, ano 19, nº 53, fevº 2006, p.4713 HADDAH, Fernando, op. cit. p. 110
- 14 - TEIXEIRA, Francisco José Soares, "Notas para uma Crítica do Fim da Sociedade do Trabalho", in *Anais do II Encontro Nacional dos Estudos do Trabalho*, vol. II, ABET, RJ, 1993, P. 876
- 15 - Jornal "O Globo", 28.05.2006, p. 35

16- SENNETT, Richard, *op. cit.*, p. 58

17- HINKELAMMERT, Franz, “*Ensayos*”, Ed. Caminos, La Habana, Cuba, 1999, p. 136

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. 1995. *Adeus ao Trabalho*, Cortez Ed., 2ª. Ed., São Paulo.

ANTUNES, Ricardo. 2005. *O Caracol e sua Concha*. Boitempo Ed., São Paulo.

BORGES, Altamiro. 2005 *Encruzilhadas do Sindicalismo*, Ed. Anita Garibaldi, São Paulo.

HADDAH, Fernando. 2004 *Trabalho e Liguagem*, Azougue Ed., Rio de Janeiro.

HINKELAMMERT, Franz. 1994 *Ensayos*. Ed. Caminos, La Habana.

SENNET, Richard. 2005 *A Corrosão do Caráter*. Record Ed., Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. 1993 Notas para uma Crítica do Fim da Sociedade do Trabalho, in *Anais do II Encontro Nacional dos Estudos do Trabalho*, vol. II, ABET, RJ, 1993.

## MUDANÇAS RECENTES E PERSPECTIVAS DO TRABALHO E DO MOVIMENTO SINDICAL

Pedro Castro

### RESUMO

O texto trata de resgatar no plano mais subjetivo ou teórico-ideológico algumas interpretações sobre os processos de mudança dos fenômenos do trabalho e do movimento sindical no mundo e no Brasil, com referência ao período recente de pouco mais de 25 anos, iniciado ai pelos anos 1980. Em tal resgate o trabalho busca, de um lado, registrar a relevância de alguns aspectos envolvidos nesse amplo processo de mudança (a telemática, a reengenharia, a microeletrônica, os métodos de regulação do trabalho e as transformações da incidência e processualidade do trabalho e do movimento sindical), bem como as novidades nele emergentes já apontadas por vários autores, quanto a questões globais ou fundamentais como as relativas ao que se considera alguns dos cerne da questão que encerra a relação capital x trabalho, em particular o trabalho abstrato e a mais-valia. Finalmente destaca igualmente a relevância de fenômenos como o da "crise", em suas possíveis distintas interpretações, concluindo por apontar a necessidade de elaborações teóricas mais rigorosas sobre tais conceitos, processos e relações.

Palavras-Chave: Mudança – Trabalho - Movimento Sindical

### ABSTRACT

The paper outlines in the subjective or theoretical-ideological aspect some interpretations concerned to the phenomenon of the work and labor unions in the world and in Brazil, since 1980. The text looks for registering the relevance of some aspects concerned to this changing process (telematics, reengineering, microelectronics, the methods of labor's regulation and transformations of work and the labor movement) as well the new trends concerned to the abstract labor and plus-value. Finally, the text detaches the relevance of the crisis and its interpretations, and concluding by indicating the need of some more rigorous interpretations of those new concepts, processes and relations.

Key-Words: Change – Work - Labor Movement

